

ORÇAMENTO PARA 2021

A construção do orçamento municipal para o ano de 2021 foi condicionada pelo contexto de grande incerteza a nível macroeconómico derivada da pandemia COVID-19 que o país, a Europa e o Mundo atravessam e da crise económica e social que dela decorre. A necessidade de responder à crise com medidas robustas implicou o reajuste de opções e reafectações de verbas com vista ao reforço das atividades de proteção e segurança, do apoio social e da aposta no investimento.

Este é um orçamento igualmente marcado pelo facto de ser o primeiro a obedecer às regras do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), com implicações mais relevantes no que respeita ao seu carácter plurianual.

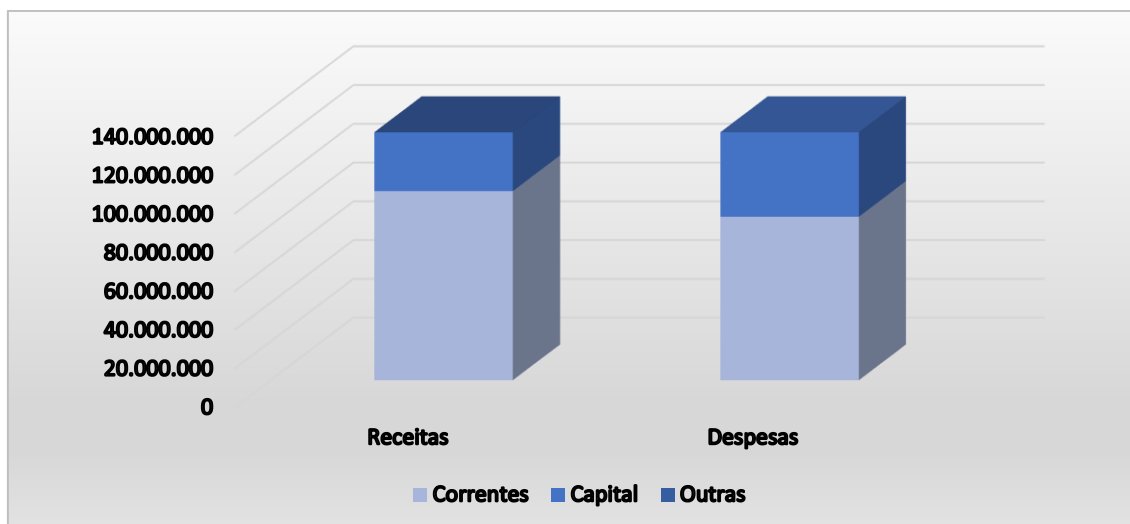
O Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 2021 apresenta um valor global de 128 M€, mais 19 M€ do que o orçamento inicial de 2020.

Conforme definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual versão, cujos princípios são integralmente respeitados, o Orçamento municipal respeita as regras da boa gestão pública, prevendo a utilização do excedente das receitas correntes (13,2 M€) para o financiamento de investimento municipal.

TABELA 1 PREVISÃO DAS RECEITAS E DOTAÇÕES DE DESPESAS, 2021

	CORRENTES	CAPITAL	OUTRAS	TOTAL
RECEITAS	97 655 667	30 319 074	70 997	128 045 738
DESPESAS	84 419 898	43 625 840		128 045 738

GRÁFICO 1 PREVISÃO DAS RECEITAS E DOTAÇÕES DE DESPESAS, 2021



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Garantindo o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental, a receita bruta corrente é superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

TABELA 2 DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

RECEITA CORRENTE (1)	97 655 667
DESPESA CORRENTE (2)	84 419 898
AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE EMPRÉSTIMOS (3)	2 836 606
(4) = (2) + (3)	87 256 504
REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (1) - (4)¹	10 399 163

ORÇAMENTO DA RECEITA

Os impostos diretos, que incluem, entre outros, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama, são a principal fonte de financiamento do orçamento municipal, respondendo por 45% do seu total. Face ao orçamento inicial de 2020 há um aumento de 2,4% (1,3 M€) mas existe uma redução de 6% relativamente ao valor cobrado em 2019. Espera-se que o IMI mantenha estabilidade e que a esperada diminuição do preço das casas, devido à crise económica, seja compensada por um aumento no número de transações que atenuem os eventuais efeitos no IMT.

As Transferências Correntes e de Capital asseguram, no seu conjunto, 24% do orçamento, registando-se um crescimento de 30% face ao orçamento inicial de 2020 (7,1 M€). Estando as Transferências correntes (FEF, Participação no IRS e Participação no IVA) já definidas no Orçamento de Estado de 2021 e não se registando impactos negativos para a receita municipal na decisão de diminuição para 4% da participação no IRS, o crescimento registado relaciona-se diretamente com as Transferências de Capital e, em particular, com as receitas provenientes dos Fundos Comunitários. A concretização e conclusão de grandes projetos de investimento financiados através dos Programas Operacionais do Portugal 2020 e a aplicação de verbas significativas em projetos como a remoção do amianto em estabelecimentos escolares como medida de combate aos efeitos económicos provocados pela Pandemia COVID-19 justificam este aumento.

¹ Art.º 40º da Lei 73/2013, de 03/10

Outra fonte de financiamento relevante para o Orçamento de 2021 são os Ativos Financeiros (16% do total) que correspondem à libertação das verbas a aplicar em 2020 em Depósito a Prazo.

A venda de bens e serviços é outra fonte de receita municipal, respondendo por cerca 8% do total. Nela desempenham papel relevante, por um lado, a receita proveniente da recolha, encaminhamento e tratamento de resíduos urbanos, por outro, a receita proveniente da prestação de serviços desportivos e, ainda a receita proveniente das refeições escolares.

Registe-se ainda o aumento significativo (40% face ao orçamento inicial de 2020) verificado nas Taxas, Multas e Outras Penalidades que se relaciona diretamente com o aumento decidido pelo Governo relativamente à Taxa de Gestão de Resíduos e à evolução positiva registada em 2020 e que se prevê continuar para 2021 na receita proveniente das Taxas de loteamentos e obras.

TABELA 3 ORÇAMENTO DA RECEITA, 2021

RUBRICAS DA RECEITA	VALOR
RECEITAS CORRENTES:	97 655 667
IMPOSTOS DIRECTOS	57 065 374
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 094 539
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 043 503
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21 312 917
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	10 029 890
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109 444
RECEITAS DE CAPITAL:	30 319 074
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	3 907
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 850 217
ACTIVOS FINANCEIROS	20 264 359
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200 591
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	70 997
TOTAL	128 045 738

GRÁFICO 2 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2021

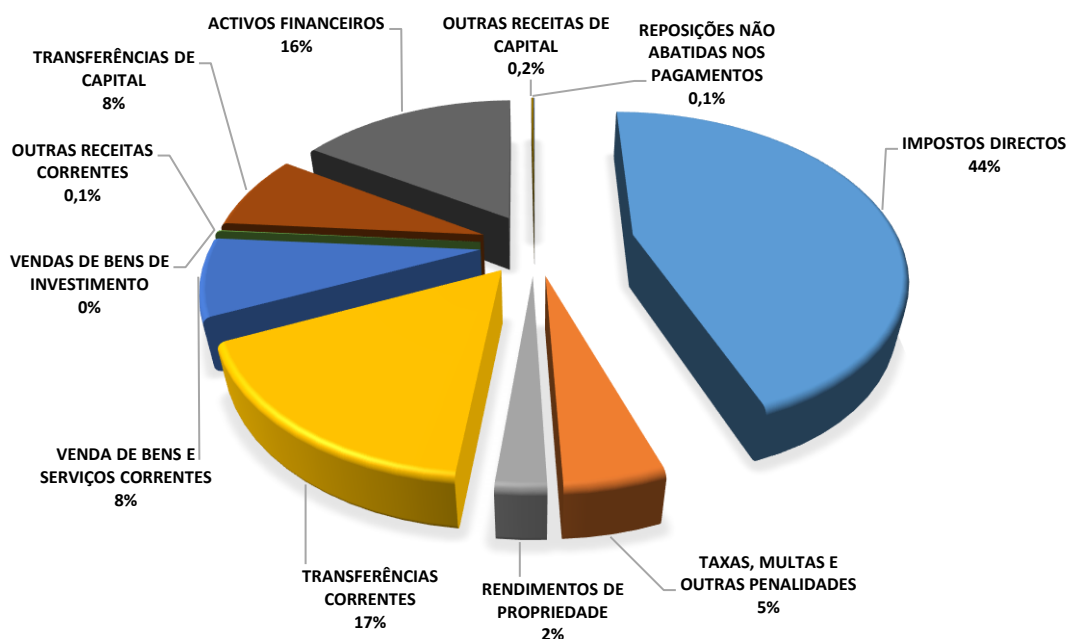


TABELA 4 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2019-2021²

	2019	2020	2021
RECEITA EFETIVA:	90 147 769,00	98 686 822,50	107 781 379,00
Receita corrente	86 085 097,00	94 660 389,98	97 655 667,00
Receita de capital	4 049 905,00	4 015 453,00	10 054 715,00
Reposições não abatidas aos pagamentos	12 767,00	10 979,52	70 997,00
RECEITA NÃO EFETIVA:	261 924,00	264 358,76	20 264 359,00
Receita com ativos financeiros	261 924,00	264 358,76	20 264 359,00
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		10 622 884,33	
RECEITA TOTAL	90 409 693,00	109 574 065,59	128 045 738,00

² Previsões do orçamento inicial

ORÇAMENTO DA DESPESA

Correspondente à distribuição da despesa por objetivos de política, a sua estrutura económica apresenta um maior peso da despesa corrente relativamente à despesa de capital.

A primeira, com cerca de 84,4M€, corresponde a 66% do total e apresenta-se principalmente afeta ao pagamento do pessoal, à aquisição de bens e serviços e a transferências correntes, as quais, em conjunto, respondem pela quase totalidade da despesa corrente.

Nas despesas de capital, assume particular relevância a componente de aquisição de bens de capital. Correspondendo a 38M€, o investimento mobiliza 87% da despesa de capital e 30% da despesa total, na qual o investimento em escolas, construções diversas e equipamento básico, bem como a despesa em bens do domínio público, assumem particular significado.

TABELA 5 ORÇAMENTO DA DESPESA, 2021

RUBRICAS DA DESPESA	VALOR
DESPESA CORRENTE:	84 419 898
DESPESAS COM O PESSOAL	40 786 142
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	29 377 991
JUROS E OUTROS ENCARGOS	157 533
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 759 886
SUBSÍDIOS	1 134 000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 204 346
DESPESA DE CAPITAL:	43 625 840
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	37 898 084
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 566 616
PASSIVOS FINANCEIROS	3 161 140
TOTAL	128 045 738

GRÁFICO 3 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2021

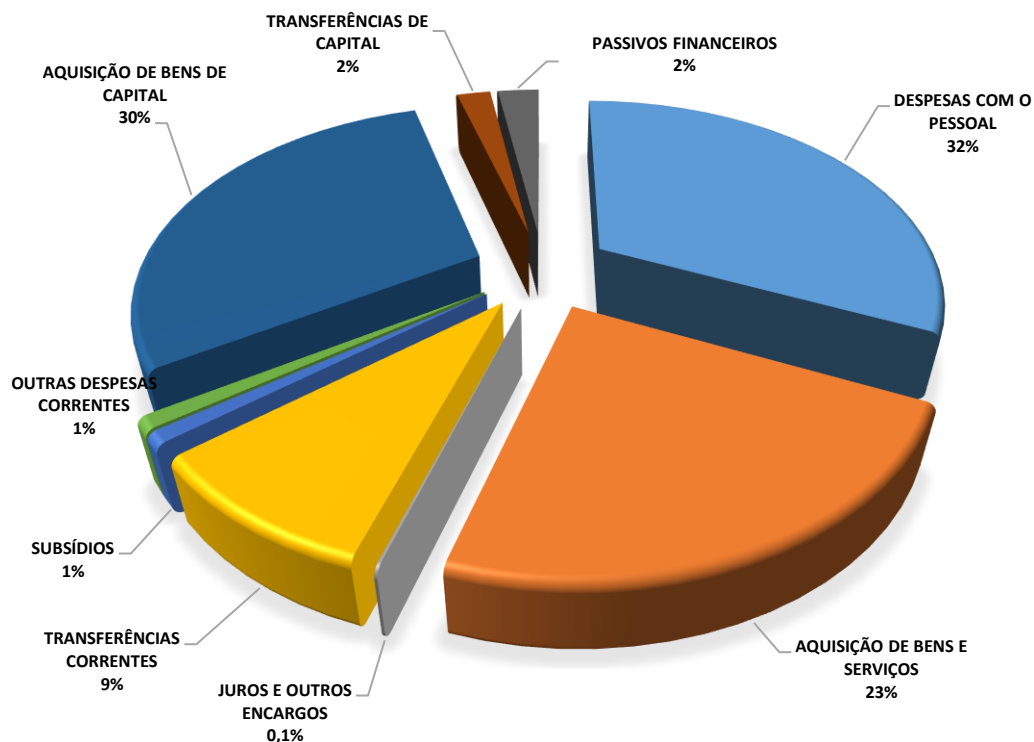


TABELA 6 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2019-2021³

	2019	2020	2021
DESPESA EFETIVA:	87 349 665,00	106 165 171,59	124 884 598,00
Despesa corrente	67 194 639,00	78 770 434,59	84 419 897,65
Despesa de capital	20 155 026,00	27 394 737,00	40 464 700,35
DESPESA NÃO EFETIVA:	3 060 028,00	3 408 894,00	3 161 140,00
Despesa com ativos financeiros		156 300,00	
Despesa com passivos financeiros	3 060 028,00	3 252 594,00	3 161 140,00
DESPESA TOTAL	90 409 693,00	109 574 065,59	128 045 738,00

³ Dotações do orçamento inicial

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021

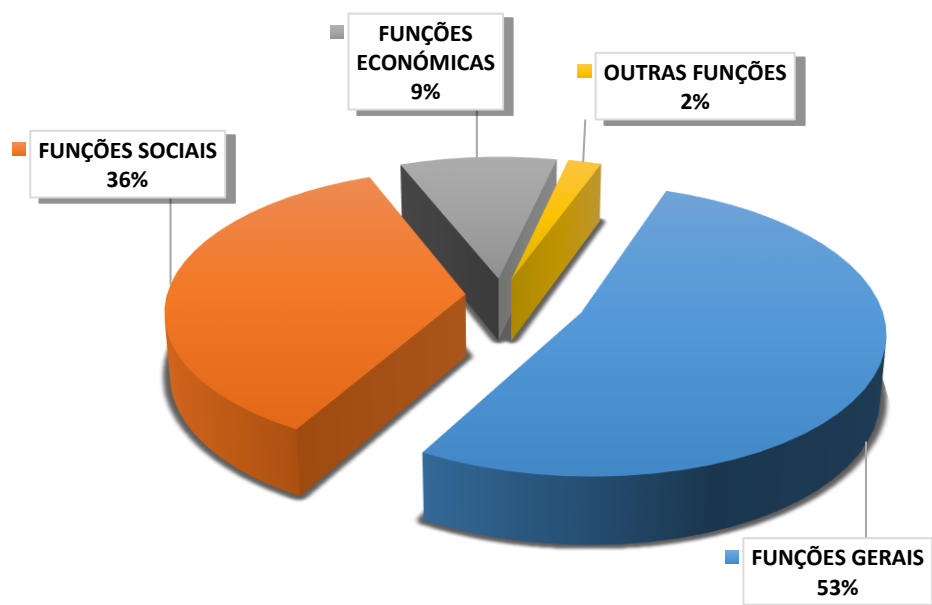
POR FUNÇÕES

Do ponto de vista funcional, as funções gerais, que abrangem os encargos de funcionamento dos serviços, mantêm preponderância no orçamento total. Nomeadamente as despesas com o pessoal que responde por cerca de 60% do montante afeto àquelas funções.

Nas Funções Sociais, a despesa em Habitação e Serviços Coletivos constitui parte significativa do total, mobilizando cerca de 20M€ (43%), particularmente dirigidos à Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (6M€), ao Ordenamento do Território (4,2M€) e Resíduos Urbanos (7M€). Os Serviços Culturais e Recreativos (23%) e a Educação (30%) mobilizam, em conjunto, mais de metade da despesa em Funções Sociais.

As Funções Económicas representam cerca de 12 M€, essencialmente absorvidos pelos Transportes e Comunicações, que correspondem a 79% da despesa em Funções Económicas.

GRÁFICO 4 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES, 2021



POR OBJETIVOS

O objetivo definido nas Grandes Opções do Plano dirigido à Governança, Serviços Públicos e Cidadania constitui aquele que mobiliza a maior parte dos recursos municipais, correspondendo-lhe cerca de 54% do total disponível. Nele, a Gestão dos Serviços e Administração Geral que inclui as despesas com o pessoal, os encargos com o funcionamento de instalações municipais, a conservação e reparação de edifícios municipais, os juros e amortizações de empréstimos e contratos de leasing é a linha de orientação mais relevante.

Segue-se-lhe o objetivo dirigido ao Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade para o qual são dirigidos cerca de 16 M€ em 2021, 12% do total da despesa, sendo as áreas mais relevantes a Higiene Urbana e Salubridade (6,4 M€), o Espaço Público, Qualidade de Vida Urbana e Rede Viária (4,2 M€) e os Jardins e Espaços Verdes (2,8 M€).

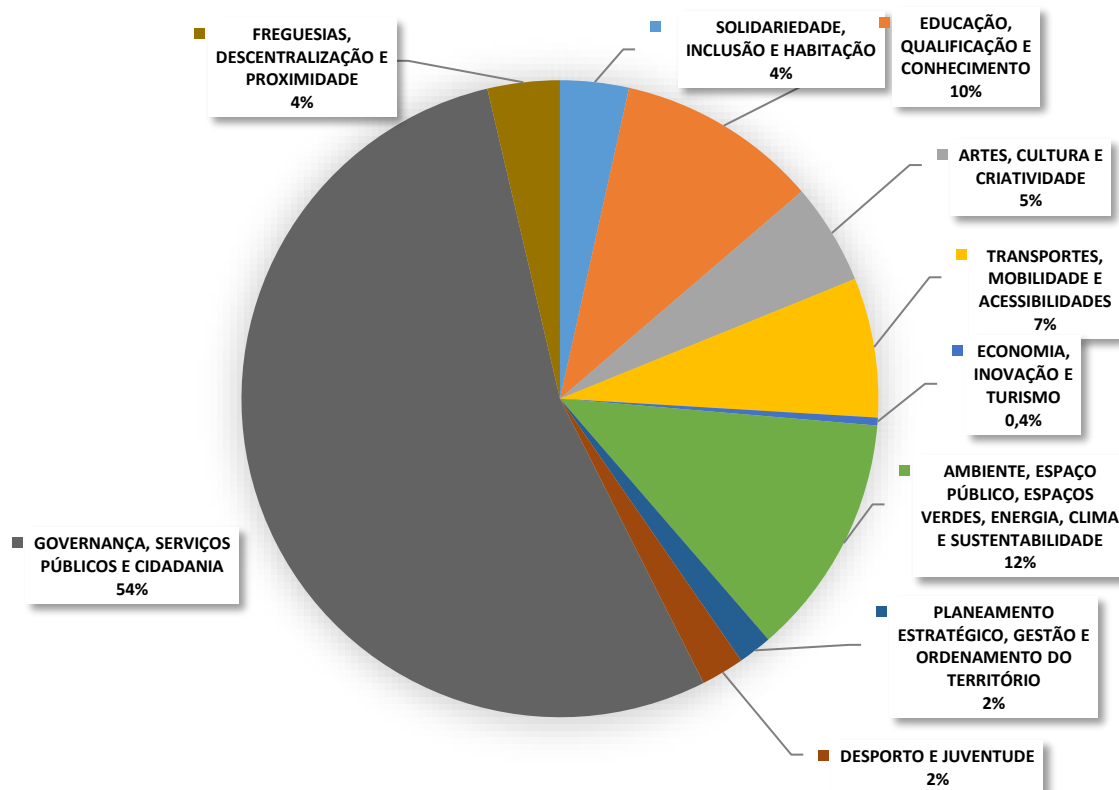
Ainda financeiramente relevante, o objetivo Educação, Qualificação e Conhecimento responde por 10% da despesa (13,1 M€), sendo a maior parte desta verba alocada à linha Equipamentos Escolares e Condições de Funcionamento.

Os restantes objetivos mobilizam, em conjunto, 20% do total do Orçamento.

Embora alterando a distribuição da despesa, as modificações registadas mantêm, no essencial, a ordem financeira dos objetivos já verificada em 2020, atenuando-se a importância do objetivo Governança, Serviços Públicos e Cidadania enquanto destino dos recursos financeiros do Município.

Relativamente ao Orçamento de 2020, os Objetivos que crescem mais em 2021 são os Transportes, Mobilidade e Acessibilidades (96%), a Educação, Qualificação e Conhecimento (71%), as Artes, Cultura e Criatividade (51%), a Solidariedade, Inclusão e Habitação (37%). Registe-se ainda o crescimento de 40% nas Transferências para as Freguesias.

GRÁFICO 5 GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2021



O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) E O PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O investimento (PPI), num total de 37,9M€, corresponde a cerca de 30% da despesa total, dirigindo-se os restantes 70% para atividades municipais (PAM).

É para as Funções Sociais que se dirige a maior parte do investimento, constituindo estas cerca de 65% do PPI. O investimento correspondente às Funções Económicas é de 23% do total e as Funções Gerais respondem apenas por 10%.

A aposta no investimento municipal para 2021 é traduzida num crescimento do PPI em 51% face ao orçamento inicial de 2020, que representa mais 12,7 M€.

GRÁFICO 6 COMPOSIÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2021

